

ELEIÇÃO UFBA 2006: REITOR E VICE

Nelson Pretto

Dirceu Martins

UNIVERSIDADE NECESSÁRIA:

PÚBLICA, DEMOCRÁTICA E PLURAL

a universidade necessária: pública, democrática e plural

www.universidade.ufba.br

ELEIÇÃO UFBA 2006: REITOR E VICE

Nelson Pretto
Dirceu Martins



Estamos conscientes do perigo de postergar as agendas humanas neste início de século 21. Os gastos militares excedem em muito os investimentos em saúde, educação e desenvolvimento. As demandas urgentes das mulheres, dos idosos e das crianças são deixadas à sorte. As ofensas contra a natureza se multiplicam. No céu, escreveu Borges, conservar e criar são verbos sinônimos. Na terra tornaram-se inimigos.

(Carlos Fuentes, 2005)

A Universidade Federal da Bahia realizará, nos dias 3 e 4 de maio, processo para escolha de Reitor e de Vice-Reitor. Esse processo se realiza em um momento no qual uma nova reforma universitária – que disciplina os papéis de entes públicos e privados na educação superior, ambos sujeitos às regras de mercado – está em fase avançada, enquanto a Organização Mundial do Comércio negocia a inserção dos serviços educacionais no rol das *commodities* vendidas nos mercados globais.

Um conjunto de outras reformas, chamadas por muitos de *modernização conservadora*, atinge homens e mulheres, jovens e idosos. Os postos de trabalho diminuem com a automação

a universidade necessária: pública, democrática e plural

acelerada; aumenta-se a idade para aposentadoria e, à juventude é imposto o trabalho temporário. Não sem motivo, mesmo no ambiente de apatia e dispersão que caracteriza os nossos tempos, aqui e acolá explodem focos de resistência. Em passado recente, no Brasil e em diversos países da América Latina e da Europa, mudanças regressivas de direitos sociais e do trabalho e dos regimes previdenciários – seguindo a agenda neoliberal globalizada – motivaram movimentos de resistência. Atualmente, a França vive grande agitação com a mobilização da população jovem contra as novas regras para o primeiro emprego - de novo a agenda neoliberal – que também nos atinge opressivamente.




No nosso País, que não conheceu as *benesses* do estado de bem-estar social, característica da social democracia européia, uma parte expressiva da nossa população desconhece a existência do Estado. A redução e precarização de postos de trabalho e a flexibilização de direitos sociais têm levado à exclusão de significativas parcelas da população. Essa exclusão se manifesta na baixa qualidade ou mesmo inexistência de muitos dos serviços fundamentais para uma vida digna, dentre os quais se destacam saúde, moradia, educação e justiça.

Os processos industriais, a produção e a utilização desmedida de uma quantidade cada vez maior de energia têm levado a uma degradação acentuada do meio ambiente. Os efeitos dessa degradação, objeto de preocupação nos ambientes acadêmicos e tecnológicos, manifestam-se de forma contundente na vida do planeta.

É neste contexto, de crise e de subordinação das políticas públicas à agenda do neoliberalismo, que a comunidade universitária realizará a sua escolha de Reitor e de vice-Reitor, no sexagésimo ano da Universidade Federal da Bahia. As incertezas do mundo atual certamente interferem nas suas atividades precípuas. O caminhar na direção da maturidade e da qualidade acadêmica, mantendo-a pública, autônoma, democrática, laica, socialmente referenciada e que contemple as demandas dos diversos segmentos sociais, sobretudo das camadas pobres, – a *universidade necessária* – é a proposta de trabalho aqui apresentada.

Isto posto, cabe introduzir os quatro eixos principais para a nossa gestão, representados pelas seguintes expressões estruturantes



-  **Universidade e Sociedade**
-  **Autonomia e Financiamento Público**
-  **Cultura e Democracia Universitárias**
-  **Olhar o Presente, Pensar o Futuro**

Essas expressões interdependentes constituem o amálgama da construção permanente de uma universidade a serviço da sociedade.



Universidade e Sociedade

A produção, a divulgação e a transmissão de conhecimentos e formação de pessoas com consciência crítica sobre a sociedade são, no seu conjunto, as características principais de uma universidade. A universidade constituiu-se, durante o último milênio, em uma instância de reflexão crítica da sociedade e em um importante espaço de produção de conhecimentos artísticos, técnicos e científicos e, mais importante ainda, como um dos pilares mais significativos da formação histórica da sociedade moderna e das gerações que se sucederam desde o século XII.

É na sociedade que a universidade procura e encontra, e não podia ser de outra forma, a motivação para as suas pesquisas e investigações. De um lado, a universidade, ao longo da sua história, produziu conhecimentos que permitiram a transformação do *habitat* e uma efetiva melhoria das condições de vida de homens e mulheres, com o desenvolvimento da ciência e de tecnologias, da formulação filosófica e do desenvolvimento cultural e artístico. De outro, recebe permanentemente da sociedade novas indagações e demandas.

Esse ato de auscultar permanentemente a sociedade não é realizado sem tensionamentos. No passado já distante, os constrangimentos sofridos por Giordano Bruno, Galileu Galilei e vários outros mostraram o grau que essas tensões podem atingir. Atualmente, a aplicação de práticas mercantis à produção e à disseminação do saber tem criado outras tensões. É importante ressaltar que a produção de novos conhecimentos baseia-se no conceito de liberdade criadora. Essa necessária liberdade é a base da chamada autonomia universitária.

Na prática, pretende-se exercitar o ato de ouvir a sociedade, desdobrando-o em várias ações. A sociedade baiana demanda uma ação muito mais ampla de suas instituições de ensino superior públicas federais (UFBA, UFRB, UNIVASF, CEFET, Fiocruz, e Escolas Agrotécnicas Federais) e estaduais (UNEB, UEFS, UESC E UESB) no sentido de implantar um processo horizontal de relacionamento visando aos avanços das pesquisas científica e tecnológica, da saúde e do desenvolvimento cultural e educacional, de forma a possibilitar maior enfrentamento das profundas desigualdades sociais e regionais da Bahia. Um dos aspectos de importância estratégica é o estabelecimento de intensa articulação no planejamento e na execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Uma das primeiras medidas para a realização dessa articulação é a retomada e o fortalecimento do Fórum das Universidades Públicas Baianas.

Assim, a necessária expansão das universidades públicas sediadas no Estado, para atender as demandas da população em todo o território baiano, a UFBA aí incluída, deve se dar de forma articulada e não competitiva como muitas vezes acontece. Precisamos construir um movimento conjunto para o atendimento ao disposto no Plano Nacional de Educação (PNE) que propõe como meta o índice de 30% de matrícula de graduação para jovens na faixa etária de 18 a

a universidade necessária: pública, democrática e plural

24 anos. Meta a ser atingida até 2011, o que equivale a enfrentar o fato de a Bahia possuir menos de 8% na faixa etária citada freqüentando cursos de nível superior.

No campo da pesquisa e da pós-graduação, essas ações articuladas em termos estaduais demandam o estabelecimento de políticas integradas e integradoras para a implantação de infraestrutura interinstitucional e a intensificação de formação de redes de pesquisa.

Na UFBA, uma profunda reflexão sobre o ensino de graduação deve ser realizada.

Sem abrir mão da política de financiamento do ensino de pós-graduação e da pesquisa – ainda insuficientes – é imperativo lutar pela implementação imediata de uma política de priorização do ensino de graduação. A garantia de condições adequadas de trabalho - recuperação das salas de aula, dos laboratórios didáticos, das bibliotecas e a criação de espaços de convivência - é essencial para a valorização do ensino de graduação e qualquer plano de expansão deve basear-se nessa premissa.

A necessidade de aumento do número de vagas remete à implementação de cursos noturnos nas diversas áreas do conhecimento. Essa é uma reivindicação histórica dos setores populares da sociedade brasileira, em particular do movimento estudantil. Deve-se considerar, ainda, o uso de recursos de informação e comunicação no sentido de que seja definida uma política para cursos não presenciais, como forma de incluir de setores da população, na perspectiva de formação continuada.

Alia-se a esses objetivos a necessidade de uma forte interação entre os níveis formais de ensino. A atualização de professores da rede pública, nos níveis fundamental e médio, é uma das ações a ser retomada e ampliada. A reativação do Colégio de Aplicação da UFBA, em um programa integrado dos vários agentes de ensino do Estado, se insere neste contexto.



Autonomia e Financiamento Público

O conceito de liberdade criadora, base da autonomia, desdobra-se, para que se torne efetivo, na necessidade de financiamento público de todas as atividades essenciais ao ambiente universitário, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, um orçamento geral, sem alocação pré-definida de verbas, é condição essencial para o exercício da liberdade criadora.

A partir desse princípio fundamental, decorrem outros, igualmente importantes, que necessitam ser explicitados de forma a garantir a plena compreensão da autonomia por nós defendida.

A universidade deve dirigir o seu próprio destino, inclusive escolhendo seus dirigentes, uma vez que a universidade é uma instituição vinculada ao Estado e não ao Governo. Cabe a este criar as condições plenas para o exercício da autonomia universitária prevista na Constituição Federal do Brasil através do artigo 207, uma vez que este artigo não prevê nem lei ordinária e

a universidade necessária: pública, democrática e plural

nem lei complementar para a sua regulamentação. Assim sendo, o Governo tem o compromisso de criar condições para o exercício de autonomia, através de políticas públicas.

A dimensão da autonomia aqui expressa busca identificar um aspecto fundamental para o pleno funcionamento da Universidade: sua autonomia em relação aos poderes econômico e político. Com isso, ganha a sociedade que deverá ter na Universidade um espaço livre para a reflexão crítica.

Dessa forma, cabe à comunidade da UFBA a imediata reabertura do debate sobre as propostas de reforma. A comunidade universitária precisa se debruçar intensamente sobre tal questão de maneira a garantir clara defesa do sistema público universitário que vem sendo ameaçado por diversos projetos que estão tramitando no Congresso Nacional, entre os quais o *Projeto da Reforma Universitária* do atual Governo.

Dados sobre o financiamento da universidade pública no Brasil demonstram claramente as tensões originárias do poder político e do mercado. Há o enfraquecimento do conjunto de universidades públicas e o fortalecimento dos entes privados de educação superior. No período de 1989 a 2001, “o total de recursos das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) saiu de um patamar de 0,97% do PIB em 1989 (Governo Sarney), caindo para 0,57% do PIB, em 1992 (Governo Collor), recuperando-se, parcialmente, em 1994 (Governo Itamar), quando atinge 0,91% do PIB, para então iniciar um processo inexorável de queda, chegando a 0,61% do PIB em 2001 (Governo FHC), com leve recuperação em 2002 (0,64% do PIB)” (Pinto, J. *O acesso à educação superior no Brasil*. Educação e Sociedade 25(88): 727-756). Como vê-se, ao longo dos últimos anos, no governo Lula, observou-se uma leve recuperação nesse índice sem contudo atingir, nem mesmo, os níveis do governo Itamar.

Em função da falta de compromisso dos últimos governos com a Universidade Pública, esta se voltou drasticamente para um processo de captação de recursos extra-orçamentários fragmentados que comprometem sua autonomia e sua produção crítica, trazendo para o espaço universitário a presença de patrocinadores e financiadores que distorcem o caráter público do ensino, da pesquisa e da extensão. Verbas complementares, oriundas de projetos específicos, são sempre bem vindas, desde que esse aporte não leve ao estrangulamento da liberdade necessária para a criação de novos conhecimentos e culturas.

Ressalte-se que esse modelo de captação de recursos extra-orçamentários, do qual surgem os cursos pagos, as taxas acadêmicas, o financiamento da pesquisa e da pós-graduação, fragmentado por agências públicas e privadas, e o gerenciamento de recursos por fundações de direito privado, fortalecem os interesses privatistas em detrimento do caráter público da universidade. Na nossa Universidade, o caso da Fundação Baiana de Cardiologia (FBC) é um exemplo paradigmático e não é o único. No sentido da superação desse modelo e da busca da autonomia plena, tal como já explicitamos, amplas discussões deverão ser realizadas na universidade.

É necessário discutir, também, sobre a aplicação de recursos públicos em universidades

a universidade necessária: pública, democrática e plural

privadas. A esse respeito, a atuação da universidade no plano externo - no âmbito do Ministério da Educação, na ANDIFES e em outras esferas públicas - deve sempre enfatizar que os recursos públicos para a educação, escassos e que precisam ser ampliados, devem ser aplicados nos entes públicos do sistema.

Note-se, ainda, que a fragmentação do financiamento das universidades tem levado, no plano interno, à introdução de práticas mercantis nas atividades fins e à apropriação privada de meios de trabalho.

Torna-se imperativo resgatar a dimensão pública dos *campi* universitários. Essa é uma das tarefas e desafios fundamentais deste momento de enfrentamento das dificuldades que têm levado a universidade à busca desenfreada de financiamento privado. Para cumprir esse objetivo, o reitorado da UFBA precisa ser a expressão política da vontade coletiva da instituição e da defesa da universidade pública, atuando de forma ativa junto à sociedade e ao conjunto de órgãos institucionais, como a ANDIFES.



Cultura e Democracia Universitárias

A Universidade, enquanto instituição social e patrimônio cultural da Nação, precisa pautar-se pela perspectiva de fortalecer a produção de conhecimentos e de culturas. É, portanto, esta uma perspectiva política de construção de um novo espaço educacional, científico e comunicacional que tenha como base as redes de relações nas quais valoriza-se o trabalho coletivo e cooperativo.

Entendemos por democracia o espaço da participação tanto da comunidade interna como externa à UFBA. Participação que precisa ser exercida em duas frentes principais.

Em primeiro lugar, uma política de acesso e permanência de amplas camadas da população, em especial os afrodescendentes, índios e estudantes de escolas públicas, que tradicionalmente são excluídas das instituições sociais. É fundamental garantir que a UFBA realize maior interação com a sociedade baiana, aprofundando a sua *Política de Ações Afirmativas*, uma conquista dos movimentos sociais, intensificando e ampliando as condições de permanência e formação qualificada. Compreende-se, no entanto, este momento como transitório pois o compromisso principal deve ser o de lutar pelo acesso universal ao ensino superior. Além disso, é necessário intensificar as ações que relacionam a Universidade com a comunidade, a exemplo do *UFBA em Campo/Atividades Curriculares em Comunidade (ACC)*.

Outro aspecto a considerar é que a Universidade não tem priorizado a *Assistência Estudantil* e isso se reflete nos problemas de inadequação e falta de vagas nas residências universitárias, na não implementação do Restaurante Universitário, nas bolsas insuficientes e na implantação de apenas um dos aspectos das *Políticas de Ações Afirmativas* – o acesso. Tais questões se constituem em uma dívida histórica da UFBA que necessita ser resgatada, devendo-

se priorizar a aplicação de verbas, tanto as orçamentárias como os recursos próprios, no sentido de intensificar as políticas de assistência estudantil, criando, inclusive, uma Pró-Reitoria específica para a área.

Em segundo lugar, uma política de gestão que parta do princípio da diversidade e, com isso, respeite e enalteça a participação de todos nos órgãos colegiados e instâncias deliberativas da própria universidade, a exemplo, dos conselhos superiores, congregações, colegiados de curso e departamentos. Essa política deve corresponder a um permanente diálogo com a comunidade, através de suas representações sindicais (professores e servidores) e estudantis, preservando a autonomia e independência destas representações.

Baseados nessa premissa, e tendo sempre em vista as atividades precípuas da universidade, observadas dentro do princípio de indissociabilidade, uma política de gestão deve ser construída. Temas como Plano Diretor, Reforma Patrimonial, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e outros, não podem e não devem ser postos em prática sem uma ampla reflexão de toda a comunidade. Ressalte-se que, para a implementação de modificações de forte impacto para a vida institucional, deve-se sempre perseguir, à exaustão, o consenso da comunidade.

No que se refere aos servidores técnico-administrativos, deve-se, efetivamente, estruturar e dar dinamismo à Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas. Entre as ações que devem ser implementadas, registre-se a busca pela melhor qualificação, não restrita apenas aos cursos de curta duração. Incentivos para a continuidade da educação formal, no nível básico e superior (graduação e pós-graduação), numa perspectiva de formação continuada, deve fazer parte de uma política de valorização permanente da categoria.

Por outro lado, a existência de servidores especializados, como, por exemplo, profissionais da área de saúde e da computação, necessitam de uma atenção mais concreta no sentido de envolvê-los em atividades de pesquisa e extensão de forma mais permanente.

A busca de melhores condições de trabalho não se efetiva sem uma intensa reposição de quadros perdidos nas últimas décadas. Isto vale tanto para os servidores técnico-administrativos quanto para o corpo docente. A existência de um contingente expressivo de professores substitutos compromete a atuação da universidade em todas as suas atividades precípuas.

Cabe também à administração superior engajar-se, em nível nacional, pela devida recomposição da remuneração dos quadros de docentes e de servidores. A deterioração salarial tem sido responsável pelas aposentadorias precoces, pela perda de docentes altamente qualificados para a iniciativa privada e, recentemente, pela quebra do regime de dedicação exclusiva. A valorização da carreira docente e do pessoal técnico-administrativo deve ser inscrita com uma das prioridades da ANDIFES.

No que se refere às ações administrativas, é necessário atuar de forma transparente, estabelecendo mecanismos e práticas de socialização de informações acadêmicas, administrativas e financeiras, de modo a oferecer para a Universidade pleno conhecimento dos

recursos disponíveis e dos seus respectivos planos de aplicação.



Olhar o Presente, Pensar o Futuro

Pensar o futuro no caso das universidades públicas brasileiras, e da UFBA em particular, é resgatar a capacidade perdida de planejar. Associado com as dimensões anteriores, o ato de planejar não significa pensar em projetos apenas para um reitorado ou para alguns poucos anos. Significa pensar o vir-a-ser, entendendo e desenvolvendo mecanismos necessários para a superação de problemas, sem pressa de quem pretensamente quer a todos resolver num só instante. É olhar para o passado e resgatá-lo de forma contundente, sem saudosismo, ou apesar dele. É pensar uma UFBA pública, gratuita, aberta a todos os segmentos da sociedade, laica e socialmente referenciada, com ênfase nas dimensões da cultura. Cultura aqui entendida como, ao mesmo tempo, elemento galvanizador e direcionador do desenvolvimento científico e tecnológico e fonte inspiradora de um sistema educacional integrado, da pré-escola à educação não-formal e continuada. Uma cultura cujos pilares são a língua, a geografia, a fauna, a flora, que se firma sobretudo através da educação e no desenvolvimento das artes, da ciência e da tecnologia. Uma cultura que assim consolidada tem dialogado, histórica e soberanamente, com culturas de outros países e, mais recentemente, com a chamada cultura global. Cabe-nos, portanto, resgatar essa dimensão, não como mero adorno aos demais processos, mas como elemento estruturante da Universidade. A cultura, na sua plenitude, como força motriz, articula todas as áreas do conhecimento, de forma intensificada pela presença das tecnologias de informação e comunicação.

A Universidade Federal da Bahia foi criada, em 1946, a partir das tradicionais Faculdade de Medicina (1832), Faculdade de Direito (1891), da Escola Politécnica (1897), Escola de Belas Artes (1877) e Escola de Agronomia (1877), aglutinadas em torno de um forte movimento de cultura intensamente arraigado, pelo Reitor Edgard Santos. Desta forma, foram lançadas “as bases da universidade, da pluralidade e da diversidade do pensar e do fazer, que são a excelência de uma instituição de ensino superior de ensino e de pesquisa” (Serpa, L. F. *Sob a inspiração de Edgard Santos*, A Tarde, 04/01/1994).

Essa nossa história deve ser resgatada como forma – talvez única – de retomada da universidade enquanto espaço público de criação e de crítica social. Caso contrário, será o fim da universidade e o início da mais cruel das empresas: aquela que lida com as idéias enquanto mercadoria.

O conjunto de idéias, resumidos preliminarmente neste documento, é colocado para ampla discussão na comunidade universitária. Baseados nos eixos fundamentais acima descritos é que

apresentamos a nossa candidatura no processo de escolha do Reitor e Vice-Reitor para o próximo quadriênio.

Nelson Pretto

Nelson Pretto - Professor Adjunto IV. Diretor (2000/2007) da Faculdade de Educação da UFBA. Doutor em Comunicação pela USP (1994). Licenciado em Física e Mestre em Educação (1985) pela UFBA.

Pós-doutorado (1998/9) no Centro de Estudos Culturais da Universidade de Londres/*Goldsmiths College*.

Pesquisador do 1-D CNPq. Consultor do CNPq, Capes e FAPESB, pertence aos conselhos editoriais das revistas *Brasileira de Educação*, *Educação e Sociedade*, *Revista Brasileira de Informática na Educação* (2000/2003), entre outras.

Publicou, entre outros, *Uma escola sem/com Futuro: educação e multimídia*, pela Papyrus, *A Ciência no Livros Didáticos* (1985) pela EDUFBA e UNICAMP e *SMOG: crônicas de viagens* (2005), pela Editora Arcádia. Organizou recentemente *Tecnologia e Novas Educações* (2005) e *Expressões de Sabedoria* (2002), ambos pela EDUFBA. Possui capítulos em mais de dez livros e publicou artigos científicos em periódicos, jornais e revistas brasileiras e estrangeiras.

Foi coordenador de Estudos e Análises do INEP/MEC (1986/1987), Superintendente de Projetos Especiais (1987/1989) da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FUNTEVÊ) e Assessor do Reitor da UFBA (1994/1996). Coordenou a implantação na internet no estado da Bahia, como coordenador do Comitê Gestor da Rede Bahia (1994/1996).

Foi professor visitante da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (1996/1997) e coordenou os Encontros sobre o Livro Didático no Estado da Bahia, no período de 1983 a 1985.

Coordenou também, juntamente com Leonardo Lazarte (Unb) o GT Educação do Programa Sociedade da Informação [<http://www.socinfo.org.br>], projeto do governo brasileiro coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Fez estágio no Centro de Televisão Universitária da Universidade de Milão/Itália (1993/4).

Coordena, juntamente com Therezinha Guimarães Miranda o projeto Desenvolvendo habilidades entre pessoas com *Necessidades Especiais através da Tecnologia: soluções culturalmente apropriadas*, apoiado pela CAPES (2004/2007), numa parceria com a Universidade Tuiuti do Paraná e a Temple University e Bridgewater College, nos Estados Unidos.

É o responsável pela concepção geral do Projeto dos Tabuleiros Digitais [<http://www.tabuleirodigital.org>].

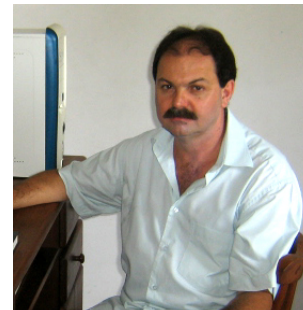
Foi membro da diretoria do Sindicato dos Professores no Estado da Bahia.

Página pessoal: www.pretto.info



DIRCEU MARTINS

Dirceu Martins - Professor Adjunto IV do Departamento de Química Orgânica. Diretor do Instituto de Química (2003-2007). Na Universidade Federal da Bahia tem desempenhado as seguintes funções: foi membro do Colegiado dos Cursos de Graduação em Química (1998-2000), membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (1998-2000), membro da Congregação do Instituto de Química (1999-atual), Vice-Diretor do Instituto de Química (1999-2000), Chefe do Departamento de Química Orgânica (2000-2003), Diretor do Instituto de Química (2003-atual) e membro da Comissão de Normas e Recursos do Conselho Universitário (2003-atual).



É Bacharel em Química (Instituto de Química – USP, 1986), Licenciado em Química (Faculdade de Educação – USP, 1986), Mestre (1990) e Doutor (1996) em Ciências na área de concentração Química Orgânica (Instituto de Química – USP), realizou atividades de Pós-doutorado no Instituto de Química da UNESP em Araraquara (FAPESP, 1996-1997).

Atua em pesquisa científica na área de Química de Produtos Naturais e suas relações com as áreas de saúde humana, agricultura e ecologia, tendo orientado mais de trinta estudantes no desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica e de Pós-graduação. Atualmente é Diretor da Divisão de Produtos Naturais da Sociedade Brasileira de Química e membro do Conselho de Administração do Instituto Baiano de Biotecnologia. Tem atuado como consultor *ad hoc* para agências de fomento à pesquisa, revistas científicas e como membro de Bancas Examinadoras de Concursos e de defesas de Dissertação e Tese em várias Instituições do Brasil.

Atua na área de Ensino desde 1979, inicialmente como professor nos Ensinos Fundamental e Médio, tendo participado ativamente junto à Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) no período de 1984-1987, como conselheiro. Iniciou suas atividades docentes no Ensino Superior como Professor e Pesquisador Visitante do Departamento de Química da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul no período de 1992 a 1996.



ELEIÇÃO UFBA 2006: REITOR E VICE

Nelson Pretto

Dirceu Martins

**UNI(DI)VERSIDADE:
UNIVERSIDADE NECESSÁRIA**